SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
www.sindbancariospetropolis.com.br
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXIV n° 6249 – 28 de fevereiro de 2020

Tempo médio de espera para obter benefício em 2019 é o maior em 5 anos, informa INSS ao TCU

O tempo médio de espera dos segurados para obtenção de resposta aos pedidos de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 2019 foi o maior em cinco anos, segundo informações enviadas pelo órgão ao Tribunal de Contas da União (TCU).

As informações constam de manifestação remetida pelo INSS ao TCU. A manifestação foi enviada a fim de justificar a contratação de pessoal extra para diminuir a fila de espera para concessão dos benefícios, entre os quais aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e salário-maternidade.

De acordo com o INSS, para reduzir a zero a fila em 2020 e 2021, será necessária a contratação 9.101 pessoas como mão de obra temporária (1.506 servidores especializados e 7.596 para atendimento à população).

A lei prevê que os pedidos sejam analisados em um prazo de até 45 dias. No ano passado, o tempo médio de espera para a concessão de um benefício foi de 74 dias – chegou a alcançar 89 dias em julho e terminou o ano, em dezembro, com 75. Em 2018, o tempo médio do ano foi de 51 dias; em 2017, de 54; em 2016, de 60; e em 2015, de 39 dias.

No total, em todo o país, há 2,021 milhões de pedidos de benefício à espera de resposta, dos quais 1,379 milhão há mais de 45 dias.

As explicações do INSS foram enviadas depois de o TCU contestar a possibilidade proposta pelo governo de contratação apenas de militares para reforçar o atendimento, segundo o tribunal, isso seria inconstitucional porque estabeleceria uma reserva de mercado.

A medida provisória que permitirá a contratação de servidores civis aposentados ainda está em preparação pelo governo federal.

De acordo com o documento, a taxa média de concessão, ou seja, a quantidade de benefícios concedida em 2019, também foi a menor em cinco anos: 55,36%.

IR 2020 vem novamente com perdas

Passado o carnaval, se aproxima o período da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O prazo para declarar começa na próxima segunda-feira, dia 02/03 e vai até 30 de abril, com restituição a partir de maio, serão cinco lotes em vez de sete. Mais uma vez, não haverá correção na tabela de alíquotas, o que na prática significa mais gente caindo nas garras do Leão, a última vez que a tabela foi corrigida foi em 2015. Antes, foram 11 anos consecutivos com reajustes. Do impeachment, em 2016, em diante, não houve mais correção. A reportagem é da Rede Brasil Atual.

O Imposto de Renda está prestes a se tornar centenário no Brasil. No primeiro ano de cobrança, em 1924, foram entregues 82.594 declarações, de acordo com o estudo História do Imposto de Renda no Brasil, um enfoque da pessoa física (1923-2013).

Em maio do ano passado, em entrevista à Rádio Bandeirantes, Jair Bolsonaro disse que a correção da tabela sairia. “Falei para o Paulo Guedes que, no mínimo, este ano temos que corrigir de acordo com a inflação a tabela para o ano que vem. E, se for possível, ampliar o limite de desconto com educação, saúde. Isso é orientação que eu dei para ele. Espero que ele cumpra, que orientação não é ordem. Mas, pelo menos, corrigir o Imposto de Renda pela inflação, isso, com toda a certeza, vai sair”, declarou. Não saiu.

Pela tabela atual, quem ganha até R$ 1.903,98 não paga Imposto de Renda. Se a correção tivesse sido aplicada na íntegra, o limite de isenção teria aumentado para R$ 3.882,98, mais que o dobro.